

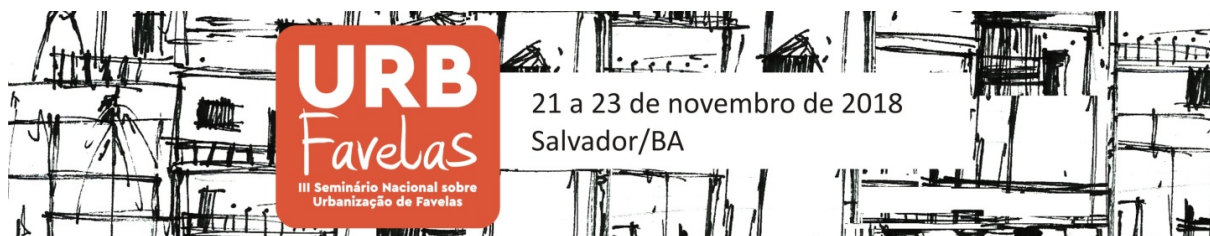


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

OCUPAÇÃO EM BUSCA DE UM SONHO: PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA, NA CIDADE DE SÃO CARLOS-SP

Soyani Tardioli de Figueiredo (Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP) - soyani_tardioli@usp.br
Cursando o quinto ano do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora no grupo de pesquisa CNPq - YBY - Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Urbanas, Produção do Espaço

Tomás Moreira (Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP) - tomas_moreira@sc.usp.br
Professor Doutor no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU-USP, São Carlos - Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - YBY - Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Urbanas, Produção do Espaço e da Paisagem.



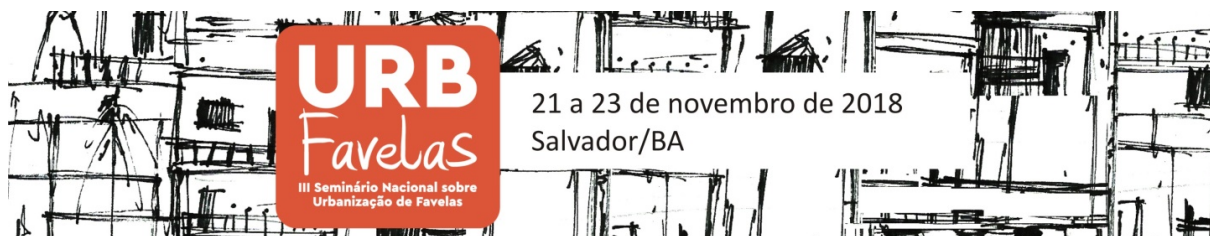
'OCUPAÇÃO EM BUSCA DE UM SONHO": PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA, NA CIDADE DE SÃO CARLOS-SP

RESUMO:

O presente artigo trata da atuação dos movimentos sociais de luta por moradia no interior do estado de São Paulo e tem como objetivo apresentar a forma como os movimentos se articulam nas suas diferentes escalas e a suas influências no processo de produção habitacional. Como objeto empírico a pesquisa relata a experiência com a Ocupação em Busca de um Sonho, que está situada na cidade de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, e está vinculada à um dos principais movimentos de luta por moradia no país. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado a contextualização, inicialmente, da participação dos Movimentos Sociais no processo de luta por moradia no Brasil, desde o seu surgimento até os acontecimentos mais recentes que retomaram a discussão acerca do direito à moradia como um direito inconstitucional. Posteriormente foram realizadas visitas de campo e entrevistas para compreender a forma como os movimentos estabelecem uma rede de atuação. Ao final, é apresentado as cartografias e leituras que justificam a escolha da área onde se insere o estudo de caso.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Direito à Moradia; Movimentos Sociais;

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



I OS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA E A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

A partir da década de 80, a crise habitacional foi acentuada, por consequência da redução de gastos nas políticas sociais e do desemprego em massa. Com a escassez de moradia e a falta de iniciativa do poder público a população passou a ocupar áreas inadequadas para a habitação e utilizou-se da autoconstrução como estratégia para viabilizar um meio de morar, dando início ao processo organizacional em torno da luta pela moradia. Junto a luta pela habitação, segue-se a luta pelo acesso aos serviços urbanos, aos equipamentos comunitários necessários à educação, à saúde e à mobilidade urbana - condições indispensáveis para a integração sócio espacial e fundamental ao exercício do direito à cidade. Na perspectiva de compreender em profundidade as questões habitacionais na cidade, o artigo se propõe a entender como se dá a participação dos movimentos de luta por moradia no estado de São Paulo e mais especificamente na cidade de São Carlos, no interior do estado. Portanto, foi substancial os levantamentos feitos na área na qual se insere o estudo de caso e a participação nas assembleias do movimento de luta por moradia.

Nesse contexto, constituíram-se os principais sujeitos políticos - os movimentos sociais de luta pela moradia, que podem ser definidos, segundo WARREN (2009) como aqueles movimentos que conectam sujeitos individuais e atores coletivos em torno: (i) de identificações comuns; (ii) de um campo de conflito e de seus principais adversários; (iii) e de um projeto ou utopia de transformação social.

Na América Latina, mais especificamente no Brasil, os movimentos sociais urbanos se consolidaram no período da ditadura militar, na década de 70, em torno das lutas pela moradia, regularização fundiária, saúde e saneamento, tendo a Igreja progressista um forte papel no desenvolvimento desse processo. No período de redemocratização, na década de 80, os movimentos de moradia passaram a se articular com outras organizações da sociedade e ampliaram o sentido da luta em torno do direito à moradia para o direito à cidade, constituindo-se uma rede de reforma urbana (Figura 1).

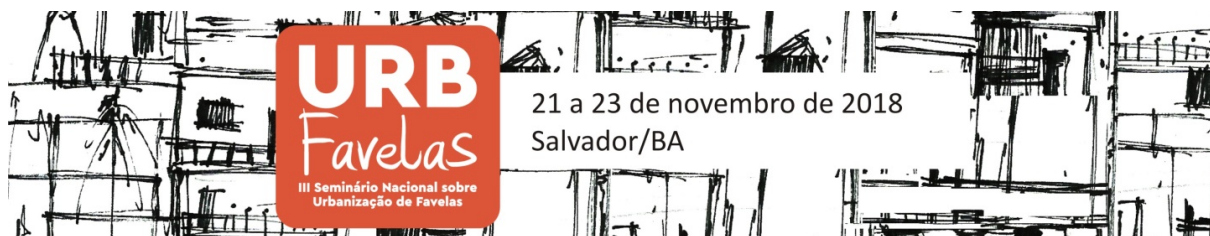
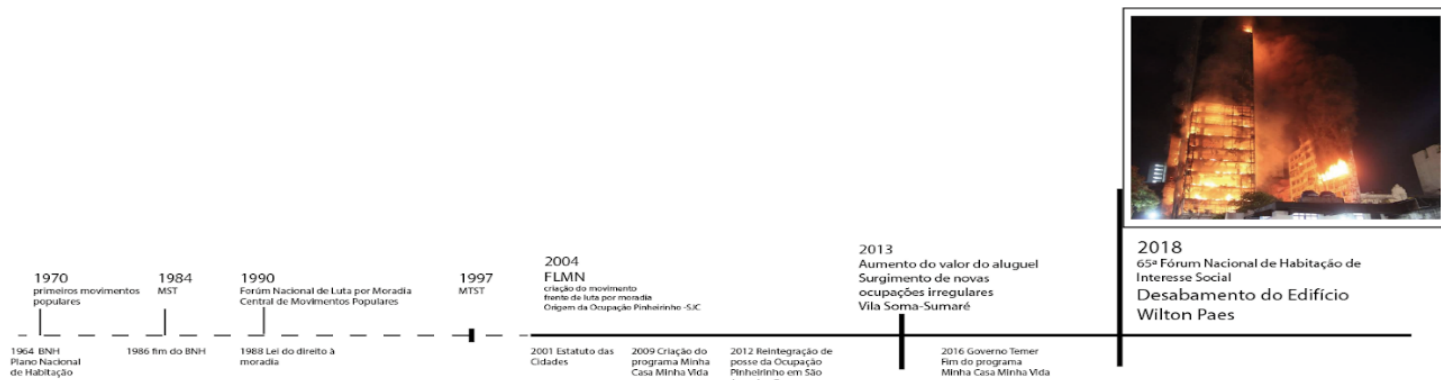


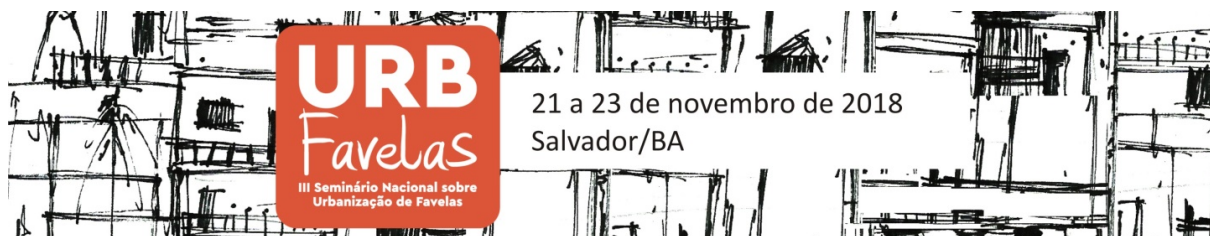
Figura 1 - Linha do tempo



Fonte: Acervo dos autores

Nos anos 2000, o direito à moradia foi reconhecido como um direito fundamental na Constituição Federal do Brasil e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, formalizou-se como referência para a regulação do uso do solo e a implementação de uma política fundiária urbana. Ainda assim, essas conquistas não marcaram uma mudança definitiva na política urbana brasileira, marcada pela segregação sócio espacial e pelas escassez da moradia. No programa que propõe uma nova reforma urbana acentuam-se não somente o acesso universal aos serviços urbanos por meio das principais políticas urbanas, mas, a adequação do espaço urbano como forma de espaço de encontro, do trabalho e de lazer.

O caráter político emancipatório da rede de reforma urbana está expresso nas lutas dos movimentos sociais para a realização de processos auto gestionários nas cidades e para a participação social nos processos de planejamento e gestão municipal, materializando o que (HARVEY, 2006) anunciaria como "a utopia de espaço e de processo". É neste contexto que vão se inserir as lutas dos movimentos de moradia e reforma urbana tanto por políticas de habitação de interesse social voltadas para grupos auto gestionários como pela radicalização da participação social nos processos de formulação e gestão das políticas urbanas.

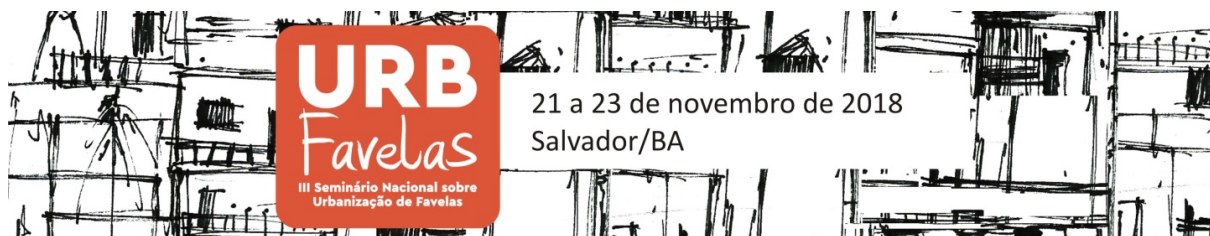


II CONEXÕES E ESCALAS DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA

A organização dessas ações coletivas contemporâneas é dada através de uma rede de movimentos, caracterizada por grupos que compartilham uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos podem ser considerados temporários, essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores. De acordo com MELLUCI (1999, p. 74-5), "as redes são formadas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana com fins específicos e caracterizam-se pela associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, assim como pelo desenvolvimento pessoal e a solidariedade afetiva como condições para participação". As redes apresentam dois aspectos importantes: a latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos; e a visibilidade, estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. A pesquisa busca sistematizar a organização dos movimentos sociais em redes de acordo com as suas escalas e entender como eles se relacionam e as suas dinâmicas. WARREN (2006) destaca:

"As redes de movimentos sociais são constituídas em um processo dialógico: a) de identificações sociais, éticas, culturais e / ou político-ideológicas, ou seja, formam a identidade do movimento; b) intercâmbios, negociações, definições de conflitos e campos de resistência para adversários e mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, ou seja, definir seus oponentes; c) com vista à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, eles estabelecem seus objetivos, ou eles constroem um projeto para o movimento."

Os movimentos sociais não estão restritos apenas aos conflitos de um sujeito em situação privilegiada, mas passam a funcionar como agentes que estão conectados. A ideia de redes permite superar a exigência da ação dos atores sociais. Ao contrário da busca de

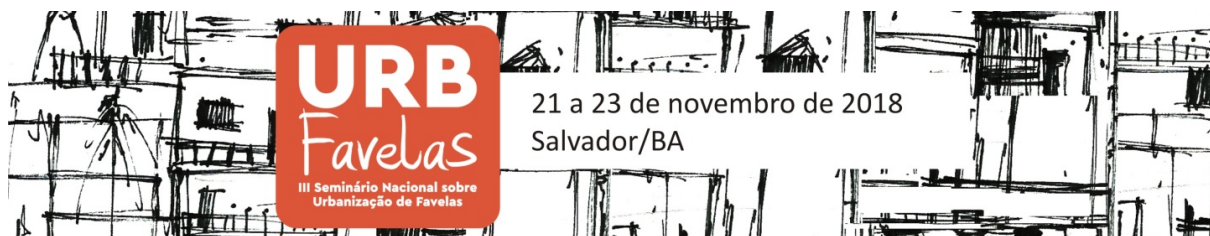


conflitos de interesses nos projetos dos atores sociais isoladamente, a ação coletiva contemporânea requer que o olhar se volte para os pontos nos quais as diferenças se tangenciam. Pode-se afirmar que diante da diversidade de atores sociais já não é mais possível falar de um movimento social sem considerar sua posição em alguma rede de movimentos sociais. A importância política das redes se evidencia diante do que BAUMAN (2001) chama de crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. O outro lado da individualização parece ser a corrosão da ideia de cidadania. Se antes cabia aos cidadãos a defesa da esfera privada contra a invasão das tropas da esfera pública e do Estado opressor, hoje se trata de defender o domínio público. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização.

A organização desses movimentos enquanto rede é um dos aspectos mais relevantes ao estudo à medida que é possível compreender seu funcionamento através da forma como se relacionam entre si e entre os outros movimentos externos. Outro fator que é importante considerar ao analisar esses movimentos está ligado com a escala de atuação e a forma como eles se relacionam entre si e conseguem atuar a partir dessas relações.

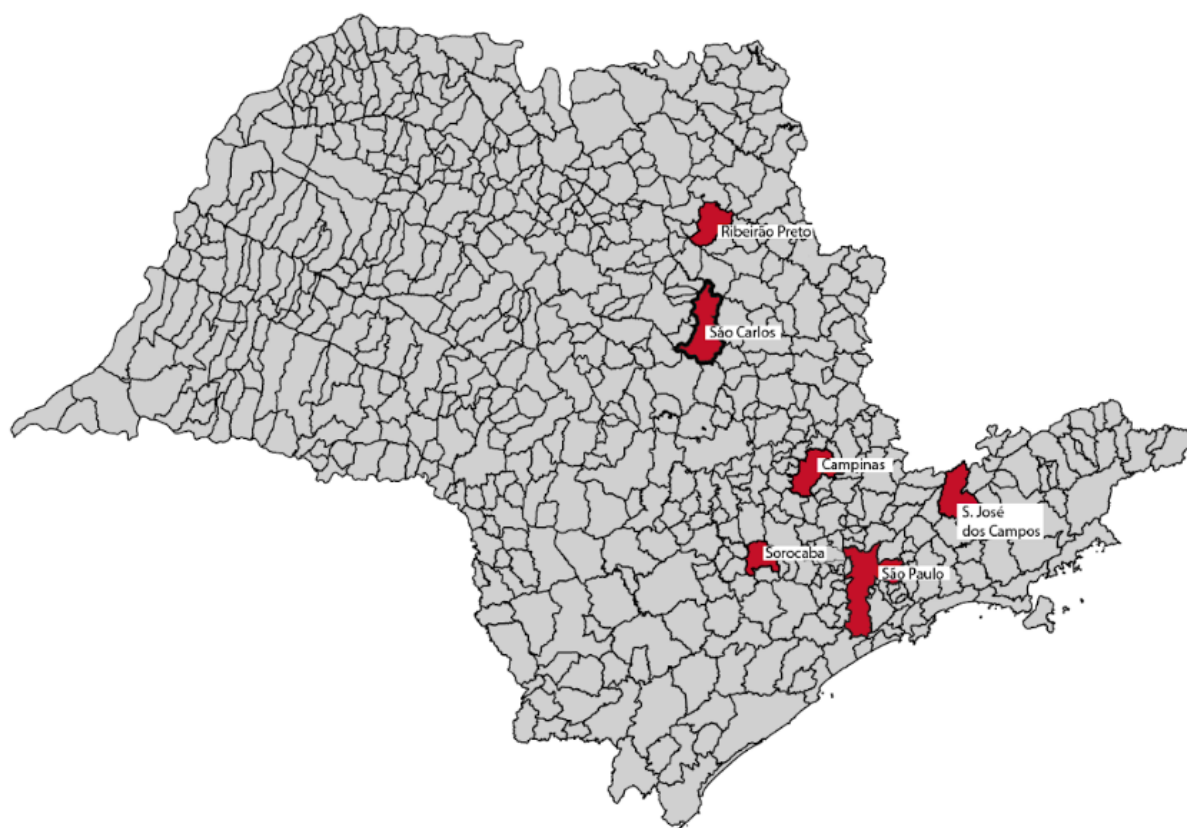
O autor (WARREN, 1984, p.119 a 123) afirma que "o princípio de articulação define-se (...), a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo" . "Ainda que de forma hipotética", sugere que as redes de movimentos que veem se formando no Brasil apresentam algumas características em comum", tais como, "busca desarticulação de atores e movimentos sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político" Após explicar cada uma destas características, conclui algumas "questões/guias para investigação futura, que conduzem a pensar sobre significados políticos potenciais para as redes de movimentos", tais como: "construção de novas utopias", "práticas democráticas mais tolerantes com a diversidade, mas não à desigualdade", "um novo imaginário social de paz e não violência", e "em que medida a atuação das redes de movimentos nos campos cultural e político constitui-se em possibilidades de penetração/participação da sociedade civil na transformação da sociedade política propriamente dita".

A ausência da discussão sobre a participação dos movimentos sociais na luta por moradia influi na análise de como esses movimentos atuam junto com a população e com as



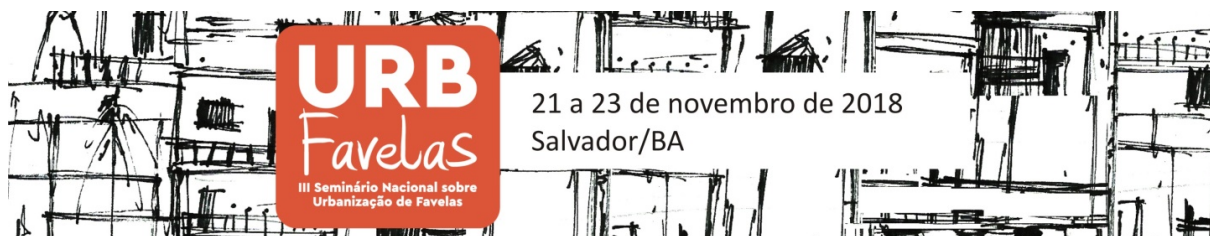
assessorias técnicas no processo de projeto e na efetivação das políticas públicas existentes. Em uma análise preliminar, a primeira percepção é que os movimentos sociais buscam demarcar cada vez mais os territórios onde atuam e operam baseados em projetos políticos.

Figura 2- Principais centralidades



Fonte: Acervo dos autores

A principal decorrência das conexões que existem entre os movimentos sociais é a ampliação da forma da atuação nas cidades e nas áreas onde existem ocupações irregulares. Assim os movimentos sociais estão relacionados com alguma linha política e isso promove uma maior repercussão e estratégias para a atuação frente às comunidades. Um dos principais questionamentos ao longo do estudo é sobre o critério de escolha da áreas onde os movimentos atuam, já que nem sempre é apenas onde existe demanda habitacional. As ocupações onde os movimentos de luta por moradia intervêm estão localizadas em áreas de interesse social, ou seja, áreas que já são destinadas, através do plano diretor, para a implementação de novas unidades habitacionais.

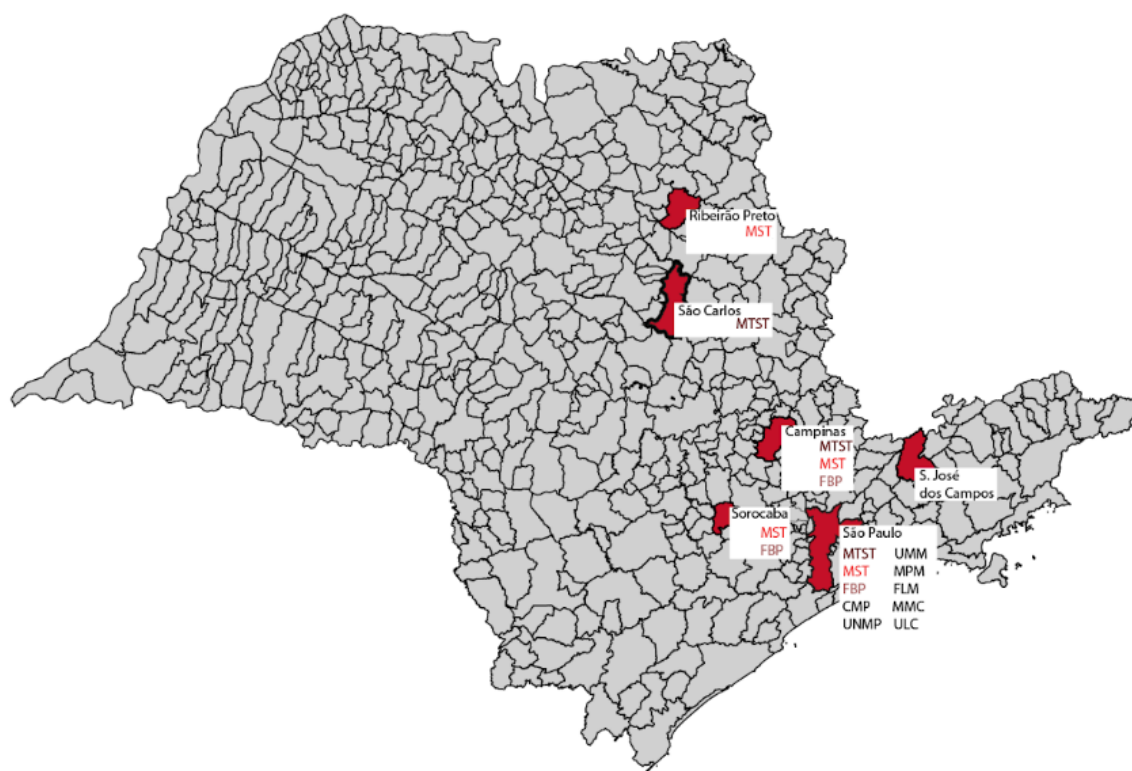
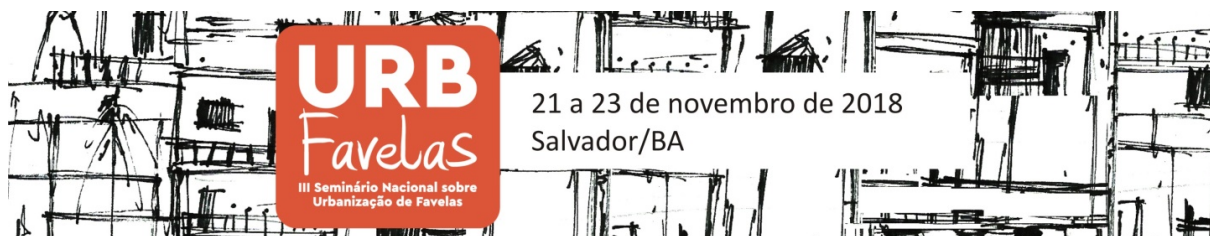


Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a palavra possível, não para um futuro distante, mas para o presente de nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem algumas coisas que os transcende e, deste modo, falam para todos (MELUCCI 2001, p. 2).

Como foi abordado anteriormente, a atuação dos movimentos de luta por moradia é marcada pelas suas conexões e pela influência direta que um grupo tem sobre o outro. Um dos principais objetivos da pesquisa é expor, através da cartografia, como se estruturam os movimentos sociais em defesa ao direito à moradia. Com o intuito de sistematizar os dados encontrados, foram produzidos alguns mapas a partir da escolha de algumas cidades principais onde os Movimentos Sociais em defesa do direito à moradia atuam no estado de São Paulo.

O primeiro passo da produção das cartografias foi sinalizar as principais cidades dentro do estado de São Paulo, posterior a isso, apontar os movimentos que atuam nas cidades em destaque e em seguida ilustrar a escala da atuação e suas respectivas conexões (Figuras 2 e 3).

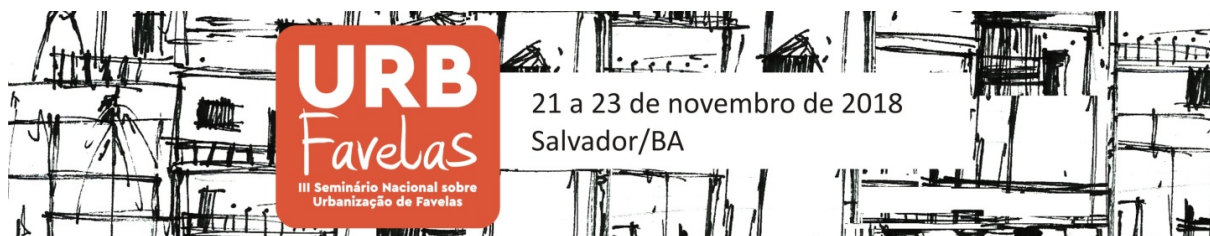
Figura 3 - Movimentos Atuantes



Fonte: Acervo dos autores

III A POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO CARLOS

O cenário no qual se insere a instituição das políticas de habitação de interesse social foi consolidado em meio a diferentes períodos históricos. A imigração europeia entre os anos 1898 e 1902, consequência da cafeicultura e da abolição da escravatura, provoca um exponencial crescimento demográfico que, aliada à implantação de infraestrutura pelo capital cafeeiro, possibilitou o desenvolvimento da economia industrial. (BORTOLUCCI, 1991). Entre o fim século XIX e o início do XX surge um novo tipo de cidade, que começa a incorporar e a se adequar as modificações consequentes da expansão industrial. Tais modificações influenciaram diretamente o amoldamento do espaço urbano as novas formas de habitar. Em decorrência desse processo, a formação sócio territorial da área neste início de povoação em São Carlos, se deu por uma ocupação sutil de posseiros que desenvolviam atividades agrícolas de subsistência e que adquiriram a posse das terras por simples ocupação. O início da apropriação legal das terras se deu no fim do século XVIII, em que foram

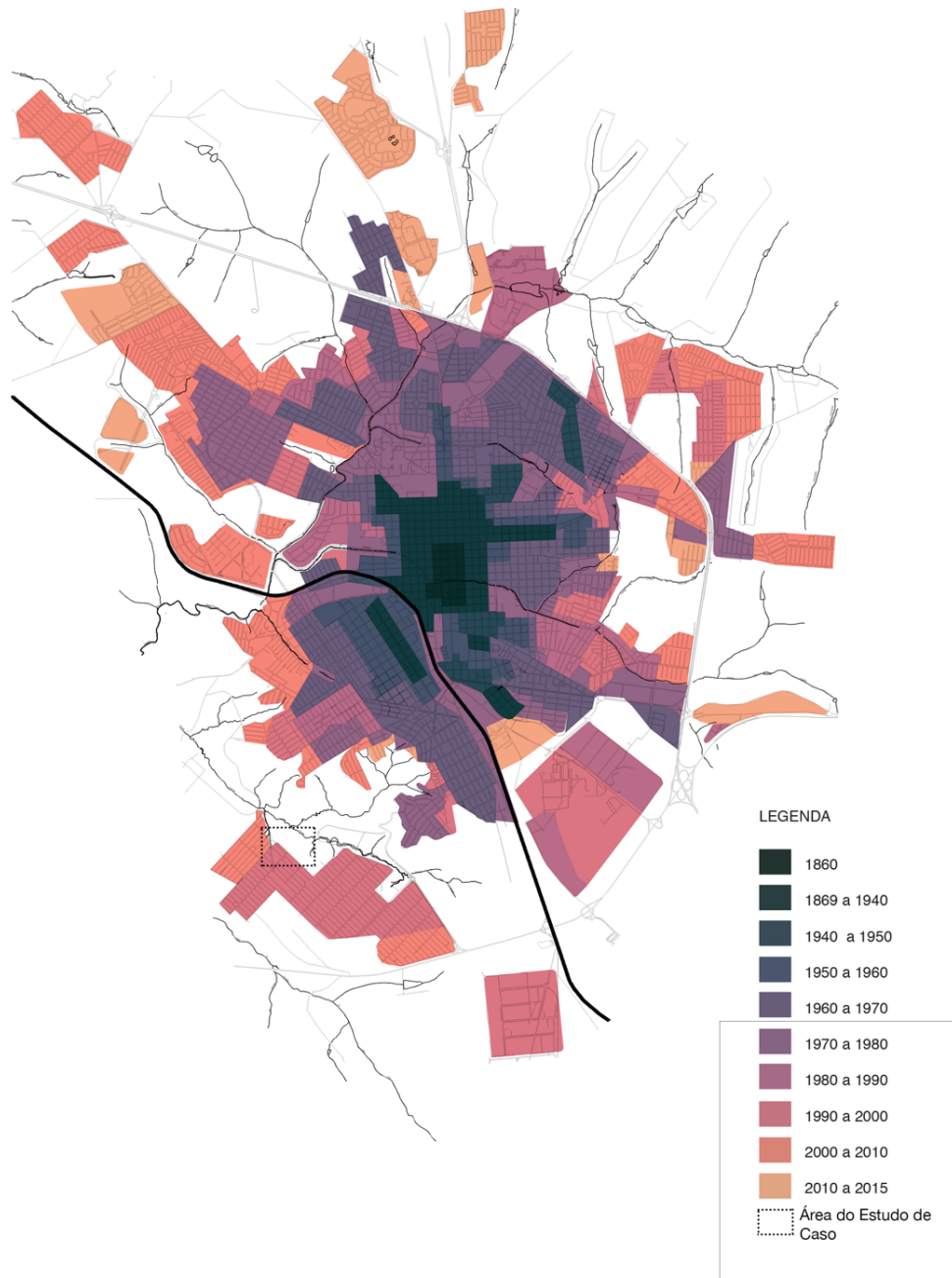


adquiridas as três sesmarias que constituíram o município. Nesse período, começou o processo de especulação das terras que eram vendidas em grandes áreas para o estabelecimento de lavouras, ou ficavam “congeladas” pois, sendo um investimento seguro, não eram taxadas e nem atingidas pela inflação. (DEVESCOVI, 1987)

... o complexo cafeeiro criou suas cidades e determinou a intensidade da urbanização de cada uma delas; estruturou a rede urbana paulista, definindo a sua hierarquia; possibilitou a formação de um excedente econômico que, de acordo com as suas necessidades, foi investido na implantação da malha ferroviária paulista e na constituição do espaço construído urbano; impulsionou a inevitabilidade da instituição do trabalho livre, conferindo às cidades aquilo que é o seu atributo básico – a sua condição de mercado de trabalho – e adequou os centros urbanos para a constituição de uma produção urbano industrial de forma a que ela atendesse primordialmente às suas necessidades. (DEVESCOVI, 1987, p. 235)

A urbanização de São Carlos foi rápida, espontânea e de forma não planejada, em todo esse contexto é ímpar destacar o “processo de fracionamento da terra por proprietários imobiliários motivados em transformar parcelas territoriais em valor monetário” (DEVESCOVI, 1987, p.181) que, posteriormente, seriam ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo. As marcas dessa expansão refletiram diretamente nas formas de ocupação do bairro no qual se insere o estudo de caso (Figura 4). Uma ampla parcela do eixo sul de São Carlos tem sido ocupada de uma forma rápida e desorganizada produzindo baixos níveis de densidade populacional, parcelas territoriais desocupadas que ao mesmo tempo acompanham novas ocupações e assentamentos irregulares. (Figura 5)

Figura 4 – Crescimento da Mancha Urbana de São Carlos



Fonte: Elaboração dos autores a partir do Plano Diretor do Município de São Carlos.2016

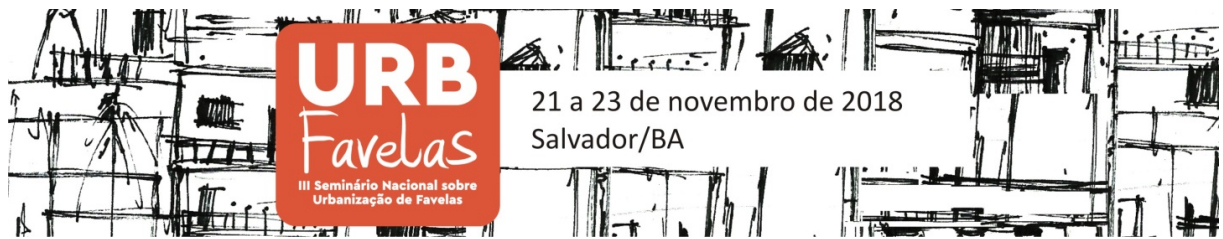
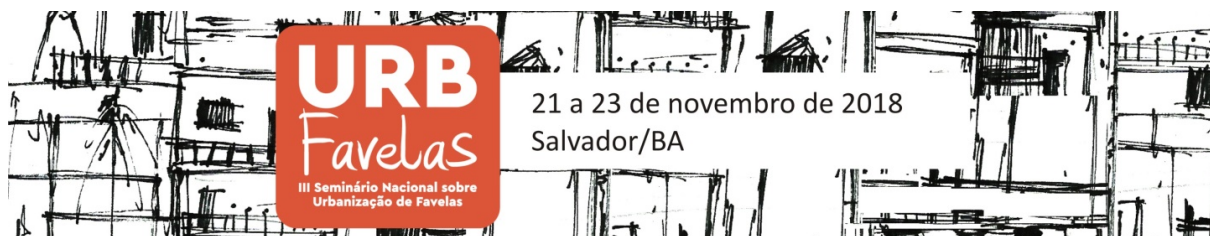


Figura 5- Adensamento populacional dos bairros Antenor Garcia e Cidade Aracy entre 2004 e 2018.



Fonte: Acervo dos Autores

A configuração da cidade se deu através de uma malha quadrangular a partir do eixo principal norte-sul marcado pela Avenida São Carlos. Ao redor do núcleo central foi constituindo-se e somando-se malhas parciais que eram direcionadas para a estação ferroviária constituindo um eixo viário que estabeleceu uma referência para a expansão da malha urbana. Na década de 1940, o mercado imobiliário de São Carlos voltado para os setores sociais de mais baixa renda sofrerá profundas alterações. O número de casas próprias se elevará, de 42% em 1913, para 51% em 1942 e de 78% em 1952, reflexo das modificações



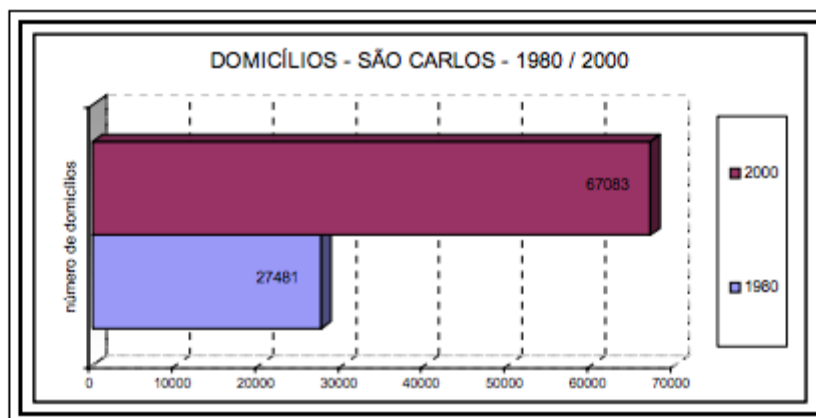
na ocupação do espaço urbano são-carlense, como a abertura de loteamentos em áreas suburbanas e, conseqüentemente, mais baratas, deixando para trás grandes vazios urbanos centrais (DEVESCOVI, 1987). Ainda nesse período, a cidade testemunhou uma nova crise habitacional que foi consequência dos preços abusivos dos aluguéis e culminou ao agravamento do déficit habitacional já existente.

A crise econômica que marcou os anos de 1980 e 1990 não foi a única, e negativa, marca desse período. Mesmo carregadas de inúmeras dúvidas, a esperança de que era possível uma sociedade mais justa e democrática aflorou na sociedade que lutava pela redemocratização e por políticas públicas que atendessem os mais pobres. Essas duas décadas geraram “um modelo de gestão em que a participação e o controle social interferiram positivamente na formulação de políticas públicas inovadoras” (BONDUKI, 2014, p.79), consolidando a democracia e avançando-se em questões como direitos sociais, respeito às diversidades e aos princípios básicos de cidadania, além de legislações que iriam contribuir para a melhoria dos indicadores sociais. Toda essa transformação coincide com o surgimento dos movimentos sociais de luta por moradia e refletiram diretamente na produção das cidades.

As novas propostas de políticas habitacionais estão baseadas em paradigmas como “a função social da propriedade, o direito à habitação digna, a universalização do acesso ao saneamento básico e ao transporte público de qualidade e a gestão democrática da cidade” (BONDUKI, 2014, p.80), apresentando uma maior participação popular e significando um grande salto se comparado com as propostas da política habitacional vigente no período anterior. As experiências dos municípios que aderiram às novas diretrizes de produção habitacional inspiradas nos movimentos populares incorporaram práticas como a autoconstrução, o mutirão e a autogestão, contribuindo para uma maior qualidade do projeto e da relação dele com a cidade, distanciando-se da padronização, tencionando novos métodos construtivos e novas tecnologias pautados no baixo custo e na urbana das habitações. A ocupação da cidade intensificou-se no final da década de 70 e nos anos 80 e 90 com a formação de loteamentos periféricos, como o loteamento Cidade Aracy, no qual se insere a área de estudo de caso. No gráfico 4 nota-se que o número de domicílios em São Carlos cresceu, em 20 anos, cerca de

60%. Este crescimento é resultado, além da implantação dos loteamentos, da vinda de pessoas de outras partes do país a procura de oportunidades de emprego e de moradia.

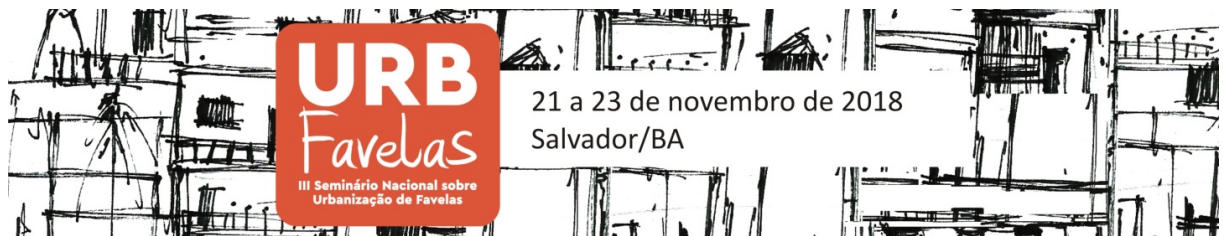
Figura 6- Domicílios em São Carlos



Fonte: Fundação SEADE (2010)

No fim do século XX, o processo de exclusão e segregação sócio-espacial passa a se consolidar, evidenciando as desigualdades de classes dentro do espaço urbano já consolidado, principalmente no eixo sul de São Carlos. Novas políticas urbanas, na década de 1980, fomentaram a especulação imobiliária, sendo que, donos do poder político também detinham as terras, os imóveis e a vontade de se obter grande lucro imediato com suas transações, empreendimentos imobiliários e intervenções urbanas. A partir de todos esses processos, fez-se essencial identificar cronologicamente algumas modificações nos padrões de uso e ocupação do território no qual se insere o estudo de caso. Tendo em vista os dados indicados na linha do tempo das políticas de habitação no Brasil, fez-se indispensável sistematizar algumas informações referentes as principais modificações nos padrões de uso e ocupação do solo urbano e nas políticas públicas da cidade de São Carlos. Pode-se assim observar e comparar uma síntese de tais modificações:

Figura 7 - Cronologia das principais modificações relevantes ao processo de segregação socioespacial na cidade de São Carlos.



PERÍODO	1900	1930	1940	1960	1970	2000	2009	2018
MODIFICAÇÕES	Capital industrial - moradias de aluguel próximas aos estabelecimentos industriais - aparecimento de cortiços e sub-habitações		Aumento da demanda por habitações - surgimento de loteamentos afastados do centro - intervenção do Estado - habitação popular/casa própria - sistema de auto- construção		Processo de segregação sócio-espacial consolidado - loteamentos ao sul - ocupação irregular e precária infra-estrutura - especulação imobiliária atrelada aos meios e benefícios políticos		Construção de 26 Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha vida Fim do programa	
					1985 - Criação da PROHAB			

Fonte: POLI, M.N. (2004). Elaboração dos autores

Cabe ao estudo compreender, mesmo que minimamente, as razões que influenciaram a formação e consolidação de loteamentos periféricos e da segregação socioespacial em São Carlos, uma vez que a área escolhida como objeto deste estudo está inserida no contexto do surgimento dos bairros segregado sócio-espacialmente. A partir da leitura contextualizada da área Sul da cidade, foi possível elaborar cartografias que somassem no processo de escolha do estudo de caso e principalmente no entendimento da atuação dos movimentos sociais nessas áreas. (Figura 8)

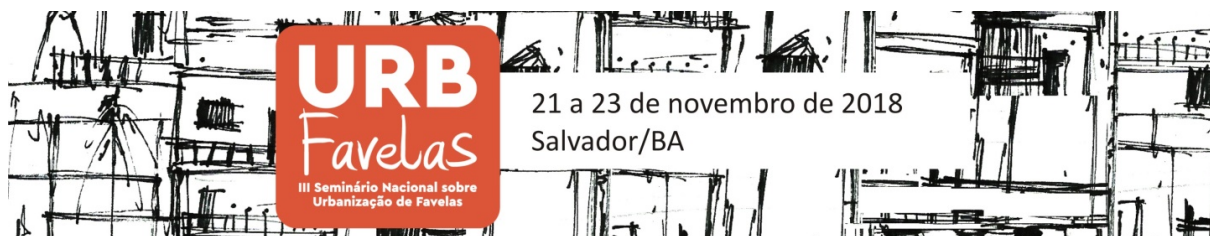
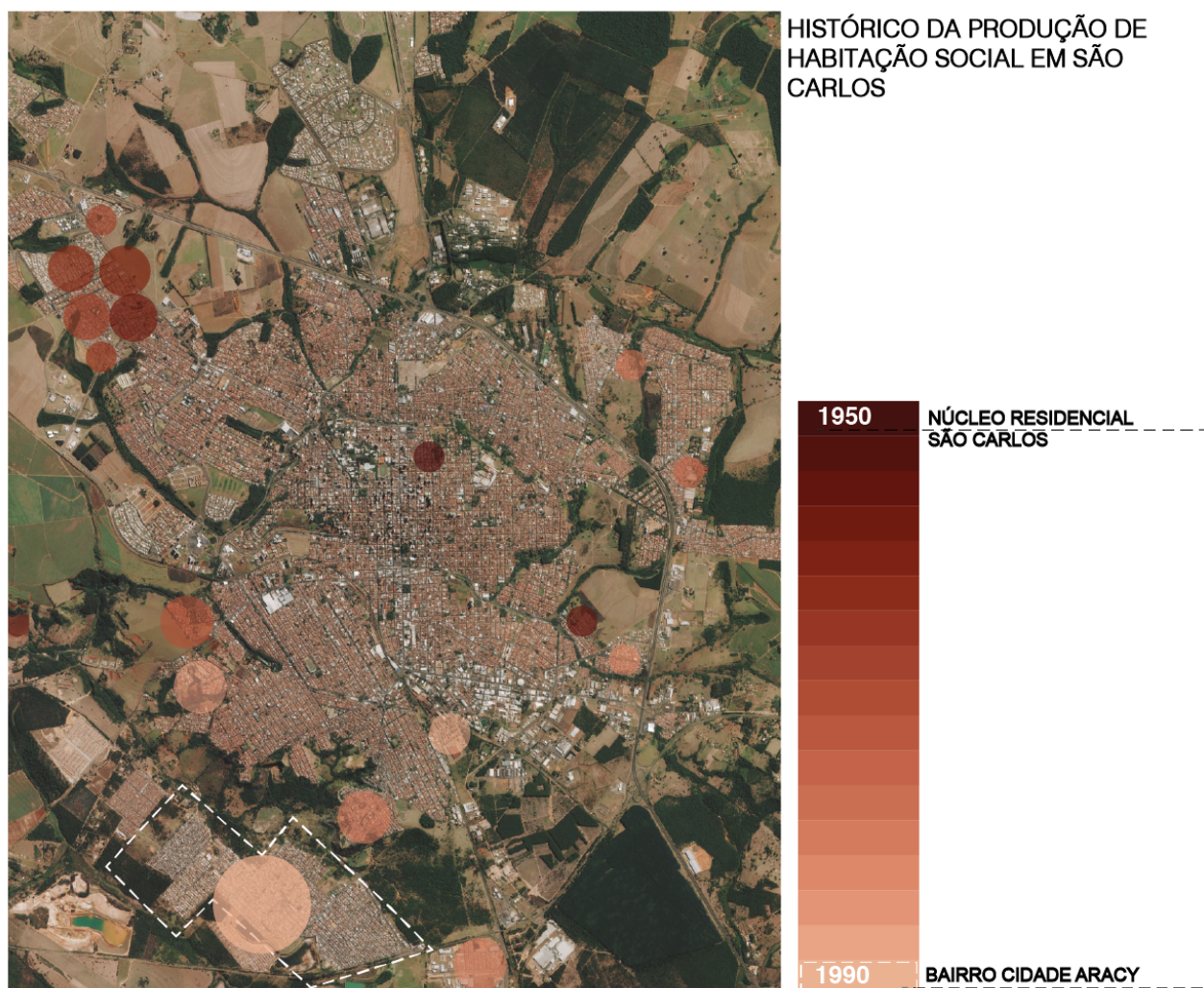


Figura 8- Mapa da produção de habitação de interesse social na cidade de São Carlos de 1950 a 1990.

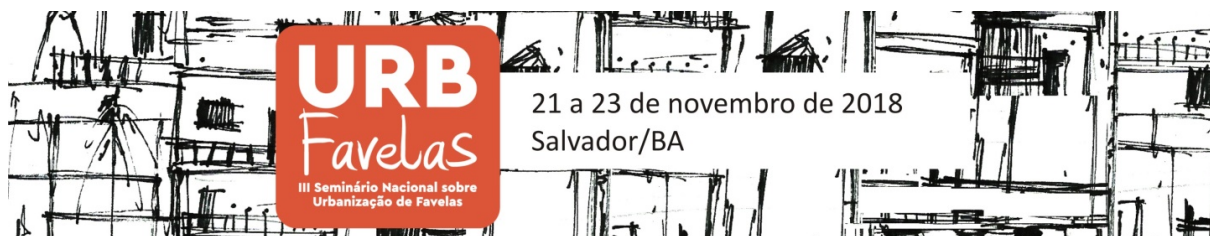


Fonte dos dados: FIORI,2017

Mapa: Elaboração dos autores.

IV A REALIDADE DE OCUPAÇÃO EM BUSCA POR UM SONHO

A ocupação está localizada no eixo sul da cidade, que é marcado pelo processo histórico de segregação e é formado por loteamentos extensos com edificações isoladas no lote. A

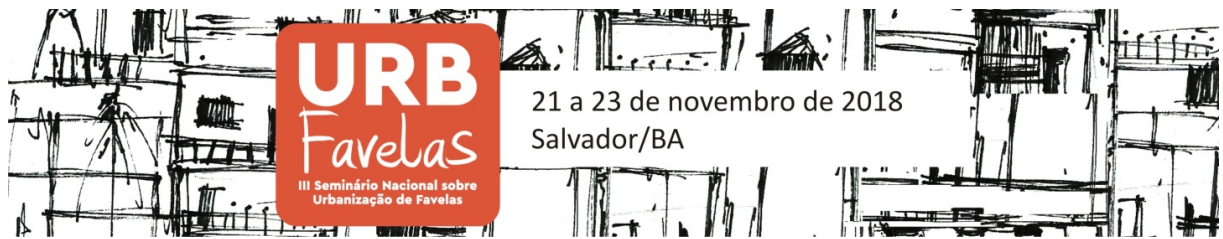


primeira ocupação ocorreu em 2013, posterior a isso cerca de 134 famílias passaram a ocupar o terreno que, segundo o plano diretor, é de uso institucional público e pertence à prefeitura. Através das pesquisas de campo foi possível identificar características que culminaram à ocupação irregular e que se relacionam com fatores históricos de formação do bairro. A população residente na área ocupada é, em grande parte, migrantes dos estados do Paraná, Maranhão e Paraíba. Muitos desses moradores migraram para São Carlos devido à oferta de emprego, porém sofreram as consequências do aumento abusivo no valor do aluguel e não foram contemplados com a aquisição da casa própria por meio de programas como o Minha Casa Minha vida, que produziu grandes loteamentos de interesse social e foi extinto em 2016 com impeachment.

A atuação do MTST está presente no assentamento há cerca de um ano e atua com a comunidade na medida que promove o diálogo entre os moradores e os agentes da prefeitura e garante o fortalecimento da luta pelo direito à moradia. O primeiro contado foi durante a atividade de formação do MTST que aconteceu dentro da ocupação e foi organizada por três integrantes do movimento central. A dinâmica da formação se estruturou em transmitir aos moradores um pouco do conceito de função social da propriedade e mostrar para população que eles não são invasores e que a luta por moradia não é uma problemática recente. Outra conduta muito visível do movimento é fortalecer as lideranças dentro da comunidade e demarcar novos territórios.

Posterior a atividade de formação, ainda em contato com a ocupação, fica evidente que as lideranças dentro da comunidade se fortaleceram e se identificaram ainda mais com o movimento. Apesar dos conflitos internos recorrentes, o MTST permanece e atualmente é presente em uma outra ocupação próxima, evidenciando o que foi citado em relação a questão da marcação do território.

Figura 9- Localização da Ocupação em Busca de um Sonho



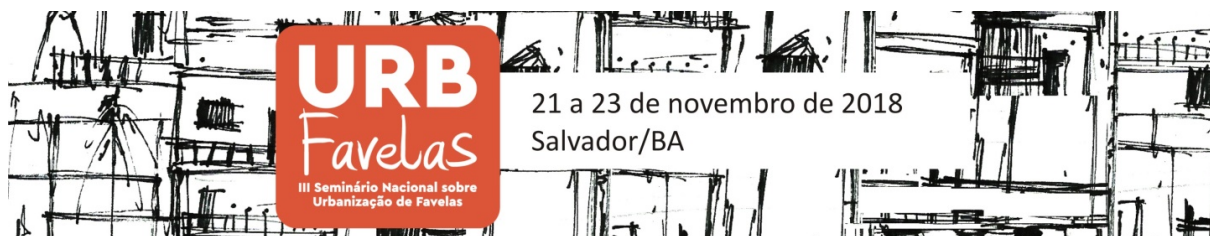
Fonte: Elaboração dos autores

Figura 10- Registros do levantamento feito na área



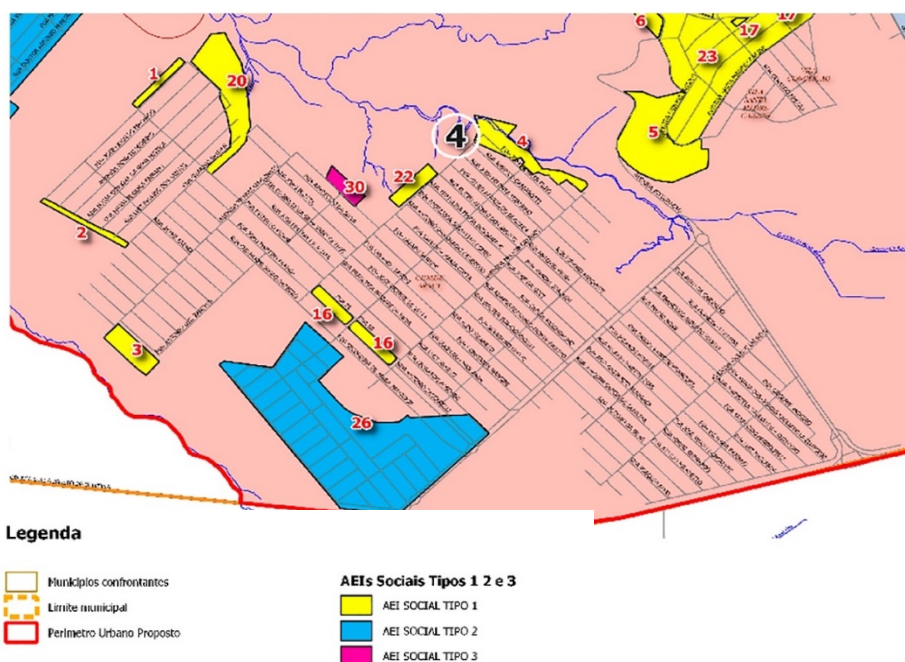
Fonte: Grupo de extensão em regularização fundiária do Instituto de Arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo, campus São Carlos.

Posterior à uma leitura preliminar do território no qual se insere a ocupação, foi indispensável buscar compreender os fatores que direcionam a escolha do movimento pela área onde pretende atuar na luta por moradia. A partir da participação nas assembleias e das análises sobre outras ocupações no interior do estado, foi possível concluir que os movimentos sociais



de luta por moradia possuem uma leitura ampla do lugar onde se estabelecem as ocupações urbanas e rurais, logo que, a maioria está em áreas especiais de interesse social. (Figura 11) esse fator é determinante na conquista do terreno e no processo jurídico que viabiliza a construção de novas moradias.

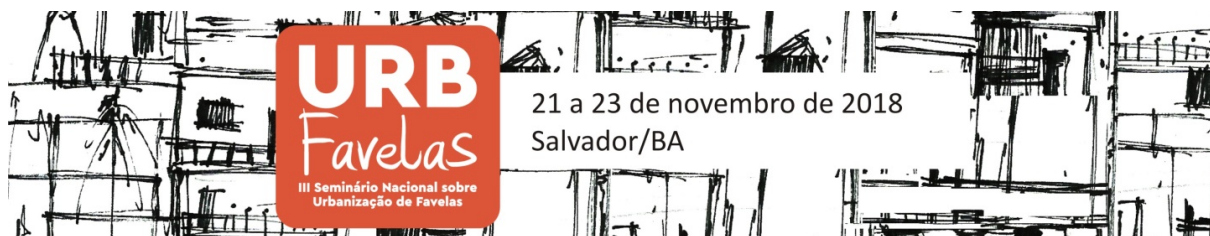
Figura 11- AEIs na Macrozona Urbana de São Carlos



Fonte: Plano Diretor, Lei Municipal 18.053/16, Anexo 06 - “AEIs na Macrozona Urbana”.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise historiográfica dos movimentos sociais em uma escala nacional e posteriormente para a escala do município de São Carlos, foi possível relacionar diversos fatores históricos, políticos e sociais que culminaram na formação e consolidação dos movimentos de luta por moradia. Apesar da crise habitacional ter sido retomada pela mídia, após o desabamento do edifício Wilton Paes, a sua origem e consequências já não é um tema inédito aos arquitetos e urbanistas. O estudo propõe retomar a ideia de que a propriedade pública possui uma função social que muitas vezes não se manifesta devido aos interesses financeiros do mercado e da ausência de políticas públicas efetivas. Em suma, o desenvolvimento do trabalho teve e tem um papel fundamental na experiência prática que vem sendo desenvolvida com o grupo de assessoria técnica Pitá junto aos moradores e ao



MTST na luta pelo cumprimento da lei do direito a moradia. Os levantamentos e cartografias aqui apresentadas somaram na compreensão da relação entre poder público, comunidade e os movimentos sociais de luta por moradia. Tendo em vista o entendimento sobre o papel dos movimentos sociais nesse processo de manutenção e garantia do acesso a moradia, conclui-se que a atuação dos mesmos é fundamental na medida que assegura a participação dos moradores nas discussões e articula as demandas da comunidade manifestando-as no processo e na prática de projeto.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt (2001). **Modernidade Líquida**. Título Original: Liquid Modernity. Tradução: Plínio Dentzien, autorizada da edição inglesa publicada em 2000 por Polity Press, Oxford, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p.

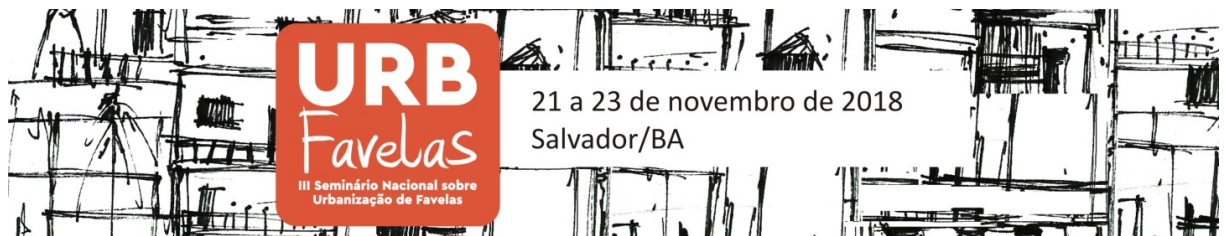
BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social – cem anos de política pública no Brasil**. Editora UNESP. São Paulo –SP. 2014

BORTOLUCCI, M.A.P.C.S. **MORADIAS URBANAS construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

DEVESCOVI, R. C. B. **Urbanização e Acumulação: Um estudo sobre a cidade de São Carlos**. Arquivo de História Contemporânea – UFSCar, São Carlos, 1987

FIORI, Daniela Sarone; NEGRELOS, Eulalia Portela. **Políticas de habitação social: permanência de tipologias em um século de experiências – um estudo em São Carlos**. Anais.. São Paulo: USP/Pró-Reitoria de Pesquisa, 2017.

HARVEY, D. (2006). **Espaços de esperança (2ª ed.)**. São Paulo: Edições Loyola.



POLI, Mariana Naxara. **A geografia do espaço vivido: análise do uso social do solo urbano – estudo de caso na cidade de São Carlos, SP** /Mariana Naxara Poli. -- São Carlos: UFSCar, 2004. 231 p.

SCHERER-WARREN, I. **Organizações Não-Governamentais na América Latina: Seu Papel na Construção da Sociedade Civil**. CADERNOS DE PESQUISA, n.1, p. 1-19, 1994.

SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil**. Interface: a journal for and about social movements, Vol. 1, 2009.